

## **Revisão do Regulamento de Isenção por Categoria aplicável aos Acordos Verticais**

### **Nota explicativa**

Em 9 de julho de 2021, a Comissão publicou, para consulta pública, um projeto de regulamento de isenção por categoria revisto aplicável aos acordos verticais («regulamento de isenção por categoria»)<sup>1</sup>. O regulamento de isenção por categoria trata dos chamados acordos verticais, ou seja, os acordos relativos ao fornecimento e à distribuição de bens e serviços. Estes acordos são omnipresentes na economia da UE. O regulamento de isenção por categoria declara que, se esses acordos verticais preencherem determinadas condições, não lhes é aplicável a proibição prevista no artigo 101.º, n.º 1, do Tratado. O projeto de regulamento de isenção por categoria revisto é acompanhado por um projeto de orientações relativas às restrições verticais revistas («Orientações verticais»)<sup>2</sup>, que apresenta orientações adicionais sobre a forma de interpretar e aplicar o regulamento de isenção por categoria, mas também sobre a apreciação, nos termos do artigo 101.º, n.ºs 1 e 3, do Tratado, dos acordos verticais que não estão isentos nos termos do regulamento de isenção por categoria.

O objetivo da consulta pública é recolher as opiniões das partes interessadas sobre o projeto de regulamento de isenção por categoria revisto e o projeto de Orientações Verticais revistas e, em especial, sobre as alterações propostas pela Comissão, que se destinam a resolver os problemas identificados na avaliação apresentada no documento de trabalho dos serviços da Comissão publicado em 8 de setembro de 2020<sup>3</sup>.

A avaliação revelou que o regulamento de isenção por categoria e as Orientações Verticais são instrumentos úteis que facilitam significativamente a apreciação dos acordos verticais nos termos do artigo 101.º do Tratado e contribuem para reduzir os custos de conformidade para as empresas. No entanto, mostrou igualmente que o funcionamento do regulamento de isenção por categoria e das Orientações Verticais podia ser melhorado, nomeadamente que era necessário adaptá-los à evolução do mercado ocorrida desde a adoção das regras atuais.

Desde o lançamento da fase de avaliação de impacto, em outubro de 2020, a Comissão recolheu mais elementos sobre os domínios a melhorar, nomeadamente através de uma consulta pública aberta que decorreu entre 18 de dezembro de 2020 e 26 de março de 2021, bem como em debates com as partes interessadas e as autoridades nacionais de concorrência. Os projetos do regulamento de isenção por categoria revisto e das Orientações Verticais revistas têm em conta todos os elementos de prova recolhidos até à data. A consulta pública sobre estes projetos faz parte integrante da averiguação conduzida pela Comissão e informará a avaliação de impacto, na qual se basearão as versões finais do regulamento de isenção por categoria revisto e das Orientações Verticais revistas.

Nesta fase, os projetos do regulamento de isenção por categoria revisto e das Orientações Verticais revistas incluem as alterações propostas pela Comissão com base nos elementos de prova recolhidos

---

<sup>1</sup> Regulamento (UE) n.º 330/2010 da Comissão, de 20 de abril de 2010, relativo à aplicação do artigo 101.º, n.º 3, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia a determinadas categorias de acordos verticais e práticas concertadas (JO L102 de 23.4.2010, p. 1).

<sup>2</sup> Orientações relativas às restrições verticais (JO C 130 de 19.5.2010, p. 1).

<sup>3</sup> Ver *Commission Staff Working Document — Evaluation of the Vertical Block Exemption Regulation* [Documento de trabalho dos serviços da Comissão — Avaliação do regulamento de isenção por categoria aplicável aos acordos verticais], SWD(2020) 172 final.

até à data, resumidos na presente nota explicativa, em conformidade com os três objetivos seguintes do reexame:

- Reajustar a zona de segurança, a fim de eliminar os falsos positivos e reduzir os falsos negativos ao abrigo do regulamento de isenção por categoria (**objetivo 1**);
- Fornecer às partes interessadas orientações atualizadas para um enquadramento empresarial reformulado pelo crescimento do comércio eletrónico e das plataformas em linha e assegurar uma aplicação mais harmonizada das regras verticais em toda a União Europeia (**objetivo 2**); e
- Reduzir os custos de conformidade para as empresas, simplificando domínios complexos das regras atuais e racionalizando as orientações existentes (**objetivo 3**).

#### **1. Reajustar a zona de segurança, a fim de eliminar os falsos positivos e reduzir os falsos negativos ao abrigo do regulamento de isenção por categoria**

Através da avaliação, a Comissão identificou quatro domínios que podem necessitar de alterações com vista a reajustar a zona de segurança proporcionada pelo regulamento de isenção por categoria ao seu âmbito de aplicação previsto.

Dois dos quatro domínios (dupla distribuição e obrigações de paridade, que são descritas em pormenor mais adiante) dizem respeito aos eventuais falsos positivos.

Os falsos positivos dizem respeito a acordos e restrições verticais atualmente abrangidos pela zona de segurança do regulamento de isenção por categoria, mas em relação aos quais não se pode presumir com suficiente certeza que, de um modo geral, estão a melhorar a eficiência e, por conseguinte, que preenchem as condições para uma isenção nos termos do artigo 101.º, n.º 3, do Tratado. Em caso de falsos positivos, a Comissão tem a obrigação de reduzir a zona de segurança, de modo a torná-la conforme com o artigo 101.º do Tratado e com o Regulamento de Habilitação<sup>4</sup>.

Os outros dois domínios (restrições das vendas ativas e restrições em linha, que são também descritos mais pormenorizadamente a seguir) dizem respeito aos possíveis falsos negativos.

Os falsos negativos dizem respeito a acordos e restrições verticais que atualmente não estão abrangidos pelo regulamento de isenção por categoria, mas em relação aos quais se pode presumir com suficiente certeza que, de um modo geral e em certas condições, preenchem as condições para uma isenção nos termos do artigo 101.º, n.º 3, do Tratado. Considerando que a exclusão da zona de segurança dos acordos e restrições verticais geralmente isentos não resulta numa violação do artigo 101.º do Tratado ou do Regulamento de Habilitação, não é imperativo que a Comissão atue. Contudo, excluir da zona de segurança os acordos verticais geralmente isentos aumenta os encargos e, por conseguinte, os custos de conformidade para as empresas, nomeadamente, para as pequenas e médias empresas («PME»), aquando da autoavaliação da conformidade dos seus acordos com o artigo 101.º do Tratado. Por conseguinte, a Comissão esforça-se por reduzir, na medida do possível, esses falsos negativos.

---

<sup>4</sup> Regulamento n.º 19/65/CEE do Conselho, de 2 de março de 1965, relativo à aplicação do n.º 3 do artigo 85.º do Tratado a certas categorias de acordos e práticas concertadas (JO 36 de 6.3.1965, p. 35), com a redação que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1215/1999 do Conselho, de 10 de junho de 1999 (JO L 148 de 15.6.1999, p. 1). Através deste regulamento, o Conselho conferiu poderes à Comissão para adotar regulamentos de isenção por categoria para certas categorias de acordos e práticas concertadas abrangidos pelo artigo 101.º do Tratado.

- A dupla distribuição abrange situações em que um fornecedor vende, não só os seus bens ou serviços através de distribuidores independentes, mas também diretamente aos clientes finais, em concorrência direta com os seus distribuidores independentes. Os elementos recolhidos até à data durante o reexame do regulamento de isenção por categoria indicam que os cenários de dupla distribuição, inicialmente bastante limitados, se tornaram prevaletentes desde a adoção do regulamento de isenção por categoria e das Orientações Verticais atualmente em vigor. Tal deve-se, nomeadamente, ao aumento das vendas em linha, que facilitou as vendas diretas pelos fornecedores, quer através das suas próprias lojas Web, quer através de mercados em linha. Consequentemente, a atual exceção relativa à dupla distribuição é suscetível de isentar os acordos verticais sempre que as eventuais preocupações horizontais deixem de ser negligenciáveis.

A proposta prevista no artigo 2.º, n.ºs 4 a 7, do projeto de regulamento de isenção por categoria revisto exclui da zona de segurança existente os cenários de dupla distribuição que possam suscitar preocupações horizontais. O artigo 2.º, n.º 4, do projeto de regulamento de isenção por categoria revisto limita a atual zona de segurança para a dupla distribuição aos casos em que a quota de mercado agregada das partes no mercado retalhista não excede 10 %, em consonância com o limiar de quota de mercado existente para os acordos entre concorrentes utilizado na Comunicação *de minimis*<sup>5</sup>.

O artigo 2.º, n.º 5, do projeto de regulamento de isenção por categoria revisto prevê uma zona de segurança adicional, mas mais limitada, para a dupla distribuição quando o fornecedor e os seus distribuidores detêm uma quota de mercado agregada no estágio retalhista superior a 10 %, mas sem exceder o limiar de quota de mercado de 30 % previsto no artigo 3.º do regulamento de isenção por categoria. Neste cenário, para manter a zona de segurança na medida do possível e aumentar a segurança jurídica para as empresas, todos os aspetos do seu acordo vertical continuam isentos, com exceção dos intercâmbios de informações entre as partes no acordo vertical. Para que os cenários de dupla distribuição nos termos do artigo 2.º, n.ºs 4 e 5, beneficiem da zona de segurança revista, é igualmente clarificado no artigo 2.º, n.º 6, do projeto de regulamento de isenção por categoria revisto que os acordos verticais não devem incluir quaisquer restrições por objetivo nos termos do artigo 101.º, n.º 1, do Tratado, nem quaisquer restrições graves nos termos do artigo 4.º do regulamento de isenção por categoria revisto.

O projeto de Orientações Verticais revistas (ver ponto 4.4.3 do projeto de Orientações Verticais revistas) contém mais esclarecimentos sobre o âmbito revisto da exceção relativa à dupla distribuição, sendo também feita referência às Orientações Horizontais<sup>6</sup>. Estas Orientações Horizontais estão também a ser analisadas e poderão, no futuro, dar uma orientação adicional sobre o intercâmbio de informações horizontais e verticais em situações de dupla distribuição, a fim de aumentar ainda mais a segurança jurídica para as empresas.

Além disso, o projeto de regulamento de isenção por categoria revisto reflete a alteração proposta para alargar o âmbito da exceção da dupla distribuição, de modo a incluir grossistas e

---

<sup>5</sup> Comunicação da Comissão relativa aos acordos de pequena importância que não restringem sensivelmente a concorrência nos termos do artigo 101.º, n.º 1, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (Comunicação *de minimis*) (JO C 291 de 30.8.2014, p. 1).

<sup>6</sup> Orientações sobre a aplicação do artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos acordos de cooperação horizontal (JO C 11 de 14.1.2011, p. 1), alteradas por Retificação (JO C 33 de 2.2.2011, p. 20).

importadores [ver artigo 2.º, n.º 4, alínea a), do projeto de regulamento de isenção por categoria revisto]. No entanto, o artigo 2.º, n.º 7, do regulamento de isenção por categoria revisto exclui os prestadores de serviços de intermediação em linha do benefício desta exceção se tiverem uma função híbrida, ou seja, se venderem bens ou serviços em concorrência com empresas às quais prestam serviços de intermediação em linha.

- As obrigações de paridade, por vezes também referidas como cláusulas de nação mais favorecida («NMF»), podem ser definidas como obrigações que exigem que uma empresa ofereça à sua parte contratante condições iguais ou melhores que as oferecidas em qualquer outro canal de vendas ou de comercialização (por exemplo, outras plataformas) ou no canal de vendas diretas da empresa (por exemplo, nos sítios Web próprios). Todas as cláusulas de paridade são atualmente objeto de uma isenção por categoria ao abrigo do regulamento de isenção por categoria, mas têm sido cada vez mais submetidas a medidas de execução por parte das autoridades da concorrência nos últimos anos.

Uma vez que estas medidas de execução se centraram em cláusulas de paridade relativas aos canais de vendas indiretas, o projeto de regulamento de isenção por categoria revisto elimina o benefício da isenção por categoria para essas obrigações de paridade entre plataformas transversais na venda a retalho impostas pelos prestadores de serviços de intermediação em linha. Este tipo de obrigação de paridade é aditado à lista de restrições excluídas [ver artigo 5.º, n.º 1, alínea d), do projeto de regulamento de isenção por categoria revisto]. A consequência desta alteração proposta é que este tipo de obrigação de paridade terá de ser apreciado individualmente nos termos do artigo 101.º do Tratado.

Em contrapartida, o projeto de regulamento de isenção por categoria revisto continua a conceder a isenção por categoria às obrigações de paridade relativas aos canais de vendas diretas ou de comercialização direta (a chamada «paridade restrita»). Estas obrigações de paridade restrita para as vendas a retalho, bem como para as vendas por grosso, continuam a beneficiar da «zona de segurança» prevista pelo regulamento de isenção por categoria, desde que sejam respeitadas as condições gerais de aplicação constantes desse regulamento, em especial o limiar de quota de mercado de 30 % previsto no seu artigo 3.º. Os pontos 6.2.4 e 8.2.5 do projeto de Orientações Verticais revistas contêm orientações adicionais sobre a avaliação das obrigações de paridade.

- As restrições das vendas ativas dizem respeito às limitações da capacidade do comprador para contactar ativamente clientes individuais. As regras atualmente aplicáveis do regulamento de isenção por categoria contêm apenas exceções restritas nas quais são permitidas restrições das vendas ativas. Os elementos recolhidos até à data no reexame do regulamento de isenção por categoria e das Orientações Verticais indicam que estas regras não são claras e limitam os fornecedores na conceção dos seus sistemas de distribuição de acordo com as suas necessidades comerciais.

Perante estes elementos de prova, o artigo 1.º, n.º 1, alínea l), em conjugação com o artigo 1.º, n.º 1, alínea n), do projeto de regulamento de isenção por categoria revisto fornece uma definição das restrições das vendas ativas. Além disso, o projeto de regulamento de isenção por categoria revisto inclui propostas de alteração das regras relativas às restrições das vendas ativas, principalmente no que se refere ao artigo 4.º, alíneas b) a d), do projeto de regulamento de isenção por categoria revisto.

No artigo 4.º, alínea b), é introduzida a possibilidade de exclusividade partilhada, que permite a um fornecedor designar mais do que um distribuidor exclusivo num determinado território ou para um determinado grupo de clientes. Ao mesmo tempo, a alteração proposta estabelece uma ligação entre essa exclusividade partilhada e a eficiência do sistema de distribuição exclusiva, a fim de garantir que não conduz a uma fragmentação do mercado único. Para o efeito, o projeto de Orientações Verticais revistas esclarece que o número de distribuidores designados deve ser determinado proporcionalmente ao território ou grupo de clientes atribuído, de forma a garantir um determinado volume de negócios que preserve os seus esforços de investimento.

Outra alteração relativa à distribuição exclusiva diz respeito à possibilidade de o fornecedor obrigar os seus compradores a repercutirem a restrição das vendas ativas nos seus clientes. Nos termos do artigo 4.º, alínea b), do projeto de regulamento de isenção por categoria revisto, tal repercussão é possível se o cliente do comprador tiver celebrado um acordo de distribuição com o fornecedor ou com uma parte à qual o fornecedor tenha concedido direitos de distribuição. A alteração visa reforçar a proteção dos incentivos ao investimento dos distribuidores exclusivos.

Além disso, o artigo 4.º, alínea c), do projeto de regulamento de isenção por categoria revisto confere aos sistemas de distribuição seletiva uma proteção reforçada contra as vendas por parte de distribuidores não autorizados situados no território de distribuição seletiva.

- No que diz respeito a certas medidas indiretas que restringem as vendas em linha, as alterações propostas dizem respeito à dupla fixação de preços (ou seja, a cobrança ao mesmo distribuidor de um preço grossista mais elevado para os produtos destinados a serem vendidos em linha do que para os produtos que se destinam à venda fora de linha) e ao princípio da equivalência (ou seja, a imposição de critérios para as vendas em linha que não são globalmente equivalentes aos critérios impostos às lojas tradicionais). Os elementos recolhidos até à data no reexame do regulamento de isenção por categoria indicam que as vendas em linha se transformaram num canal de vendas que funciona bem e que, por conseguinte, já não necessitam de proteção especial qualificando como restrições graves determinadas medidas indiretas que restringem as vendas em linha.

Assim, o artigo 4.º do projeto de regulamento de isenção por categoria revisto deixou de qualificar a dupla fixação de preços como uma restrição grave. Por conseguinte, permite aos fornecedores fixar preços grossistas diferentes para as vendas em linha e fora de linha efetuadas pelo mesmo distribuidor, na medida em que tal se destine a incentivar ou a recompensar um nível adequado de investimentos e esteja relacionado com os custos incorridos para cada canal.

Além disso, no âmbito de um sistema de distribuição seletiva, os critérios impostos pelos fornecedores em relação às vendas em linha já não têm de ser globalmente equivalentes aos critérios impostos às lojas tradicionais, uma vez que ambos os canais têm uma natureza intrinsecamente diferente.

As alterações propostas estão sujeitas ao mesmo princípio limitativo que as restrições às vendas em linha de um modo mais geral. Consequentemente, o projeto de regulamento de isenção por categoria revisto apenas concede uma isenção por categoria à dupla fixação de preços e à falta de equivalência se estas restrições não tiverem, direta ou indiretamente, o objetivo de impedir os compradores ou os seus clientes de utilizarem a Internet para a venda em linha dos seus bens ou serviços.

## **2. Fornecer às partes interessadas orientações atualizadas para um enquadramento empresarial reformulado pelo crescimento do comércio eletrónico e das plataformas em linha e assegurar uma aplicação mais harmonizada das regras verticais em toda a UE**

Um dos principais objetivos do reexame é dar às partes interessadas orientações atualizadas sobre as restrições em linha e assegurar uma abordagem harmonizada dessas restrições em toda a UE. Nesse sentido, o projeto de regulamento de isenção por categoria revisto e o projeto de Orientações Verticais revistas incorporam os princípios orientadores para a avaliação das restrições em linha extraídos da jurisprudência do Tribunal de Justiça da UE, concretamente nos processos Pierre Fabre e Coty<sup>7</sup>, e invocados pela DG COMP<sup>8</sup>.

O artigo 1.º, n.º 1, alínea n), do projeto de regulamento de isenção por categoria revisto prevê um limiar claro para a avaliação das restrições graves num ambiente reformulado pelo crescimento das vendas em linha. As restrições que, direta ou indiretamente, isoladamente ou em combinação com outros fatores, têm por objetivo impedir os compradores ou os seus clientes de utilizar efetivamente a Internet para efeitos de venda dos seus bens ou serviços em linha ou de utilizar efetivamente um ou mais canais publicitários em linha são definidas como restrições de vendas ativas ou passivas e, por conseguinte, como restrições graves nos termos do artigo 4.º do regulamento de isenção por categoria.

O ponto 6.1.2 do projeto de Orientações Verticais revistas fornece orientações adicionais sobre essas restrições graves. Explica em que situações determinada conduta em linha equivale a uma venda ativa ou passiva. Por exemplo, embora o funcionamento de um sítio Web seja uma forma de venda passiva, a tradução desse sítio numa língua que não é comumente utilizada no território do distribuidor constitui uma forma de venda ativa. Prevê igualmente que uma restrição à utilização de sítios Web de comparação de preços, ou a referência paga em motores de pesquisa, constitui uma restrição grave nos termos do regulamento de isenção por categoria, uma vez que a possibilidade de fazer publicidade permite a um distribuidor atrair potenciais clientes para o seu sítio Web, o que constitui uma condição prévia para poder vender em linha. Em contrapartida, as restrições à publicidade em linha que não excluam determinados canais de publicidade em linha são objeto de uma isenção por categoria, por exemplo, se essas restrições estiverem relacionadas com o conteúdo da publicidade em linha ou estabelecerem determinadas normas de qualidade. Outras atualizações refletidas no projeto de Orientações Verticais revistas incluem a introdução de um ponto sobre restrições à utilização de plataformas em linha e de ferramentas de comparação de preços (ver pontos 8.2.3 e 8.2.4).

O projeto de regulamento de isenção por categoria revisto e o projeto de Orientações Verticais revistas também preveem regras e orientações específicas relativas à economia das plataformas, tendo em conta que esta parte da economia desempenha um papel cada vez mais importante na distribuição de bens e serviços. O artigo 1.º, n.º 1, alínea d), do projeto de regulamento de isenção por categoria revisto inclui uma definição de prestador de serviços de intermediação em linha, que

---

<sup>7</sup> Processo C-439/09, Pierre Fabre Dermo-Cosmetique SAS/Président de l'Autorité de la concurrence, ECLI:EU:C:2011:649; processo C-230/16, Coty Germany GmbH/Parfümerie Akzente GmbH, ECLI:EU:C:2017:941.

<sup>8</sup> Ver o documento estratégico da DG Concorrência «EU competition rules and marketplace bans: Where do we stand after the Coty judgment?» (Regras de concorrência da UE e proibições nos mercados: qual a situação após o acórdão Coty?) de abril de 2018, disponível em <https://ec.europa.eu/competition/publications/cpb/2018/kdak18001enn.pdf>.

se baseia numa definição semelhante no Regulamento P2B<sup>9</sup>. A definição clarifica que os prestadores de serviços de intermediação em linha podem ser considerados prestadores nos termos do regulamento de isenção por categoria. As implicações desta clarificação e da aplicação de outras regras aos prestadores de serviços de intermediação em linha são definidas nas Orientações Verticais (ver ponto 4.3). As orientações pertinentes incluem igualmente uma explicação sobre as razões pelas quais as empresas com atividades na economia das plataformas em linha não podem ser consideradas agentes genuínos (ver ponto 3.2.3). Além disso, tal como mencionado anteriormente no contexto das alterações propostas à exceção relativa à dupla distribuição, o artigo 2.º, n.º 7, do projeto de regulamento de isenção por categoria revisto prevê que os prestadores de serviços de intermediação em linha híbridos não beneficiem da zona de segurança proporcionada pelo regulamento de isenção por categoria.

As alterações propostas são coerentes com a proposta de Regulamento Mercados Digitais<sup>10</sup>. Tal deve-se, nomeadamente, ao facto de o Regulamento Mercados Digitais se centrar nos controladores de acesso digitais, empresas que gozam de poder de mercado e que, por conseguinte, não beneficiam da zona de segurança proporcionada pelo regulamento de isenção por categoria.

O projeto de Orientações Verticais revistas incorpora igualmente o documento de trabalho de fevereiro de 2021 sobre distribuidores que também atuam como agentes em relação a determinados produtos para o mesmo fornecedor (*Distributors that also act as agents for certain products for the same supplier*)<sup>11</sup>.

Ademais, o projeto de regulamento de isenção por categoria revisto visa assegurar uma aplicação mais harmonizada do artigo 101.º do Tratado aos acordos verticais em toda a UE. Este objetivo deve ser alcançado incorporando no próprio regulamento de isenção por categoria determinados princípios orientadores, como os aplicáveis às restrições às vendas em linha, bem como novas regras, por exemplo, no que diz respeito à definição e qualificação dos prestadores de serviços de intermediação em linha como fornecedores. Simultaneamente, o projeto de Orientações Verticais revistas pretende reforçar a capacidade das autoridades nacionais da concorrência para obter o benefício do regulamento de isenção por categoria em casos individuais, na medida do possível no âmbito do quadro jurídico em vigor, fornecendo orientações sobre as condições e os procedimentos aplicáveis (ver ponto 7.1 do projeto de Orientações Verticais revistas).

### **3. Reduzir os custos de conformidade para as empresas, simplificando as regras atuais e racionalizando as orientações existentes**

O projeto de regulamento de isenção por categoria revisto e o projeto de Orientações Verticais revistas visam igualmente reduzir os custos de conformidade das empresas, nomeadamente das PME, clarificando determinadas disposições consideradas particularmente complexas e, por isso, difíceis de aplicar.

---

<sup>9</sup> Regulamento (UE) 2019/1150 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, relativo à promoção da equidade e da transparência para os utilizadores profissionais de serviços de intermediação em linha (JO L186 de 11.7.2019, p. 57).

<sup>10</sup> Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à disputabilidade e equidade dos mercados no setor digital (Regulamento Mercados Digitais), {SEC (2020) 437 final} — {SWD (2020) 363 final} — {SWD (2020) 364 final}.

<sup>11</sup> Disponível em

[https://ec.europa.eu/competition/consultations/2018\\_vber/working\\_paper\\_on\\_dual\\_role\\_agents.pdf](https://ec.europa.eu/competition/consultations/2018_vber/working_paper_on_dual_role_agents.pdf).

Em especial, as disposições relativas às restrições territoriais e aos clientes, constantes do artigo 4.º, alínea b), do atual regulamento de isenção por categoria, que as partes interessadas consideraram particularmente complexas, foram substituídas por três conjuntos distintos de disposições que clarificam o âmbito da proibição para cada um dos principais sistemas de distribuição, a saber, a distribuição exclusiva, a distribuição seletiva e a distribuição livre. Além disso, o ponto 4.6 do projeto de Orientações Verticais revistas apresenta uma explicação pormenorizada das características de cada um destes sistemas de distribuição.

Por último, a estrutura do projeto de Orientações Verticais revistas foi simplificada, a fim de proporcionar um quadro de análise mais claro para os acordos verticais. Por exemplo, a nova estrutura combina num ponto específico (ver ponto 6.1.1 do projeto de Orientações Verticais revistas) as orientações anteriormente dispersas em matéria de manutenção de preços de revenda.

\*\*\*